



30384204

08020.005745/2024-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 5º Andar, Sala 516, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3967 e Fax: @fax_unidade@ - www.gov.br/mj/pt-br

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 1/2025

Processo Senasp: 08020.005745/2024-14

Código do Plano de Ação na Plataforma TRANSFEREGOV.BR: 00905320240015-003936

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

Órgão/Entidade Descentralizadora

UG/Gestão Repassadora: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e Segurança Pública

CNPJ: 00.394.494/0005-60

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Edifício Sede, 5º Andar, Sala 504 - Bairro Zona Cívico-Administrativo

Cidade/UF/CEP: Brasília/DF, 70064-900

Telefones / Fax: Telefone: (61) 2025-3347

E-mail: protocolo@mj.gov.br

Nome da Responsável: Camila Kühl Pintarelli

CPF da Responsável: ***.876.388-**

Cargo/Função da Responsável: Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública

Matrícula da Responsável: 3400330/SIAPE

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria MJSP nº 665, de 24 de junho de 2024, publicada no DOU em 26/06/2024, Edição 121, seção 1, Página - Delega e subdelega competências aos dirigentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública e das entidades vinculadas. Portaria SE/MJSP nº 1.411, de 25 de novembro de 2021, publicada no DOU em 25/11/2021, Edição Extra 221-A, Seção 1, Página 2 - Delegação e subdelegação de competências aos dirigentes do MJSP. Portaria SENASP/MJSP nº 499, de 30 de janeiro de 2023, publicada no DOU em 31/01/2023, Edição 22, Seção 1, Página 21 - Subdelegação de competências à Diretora de Gestão do FNSP. Portaria da CC/PR nº 324, de 18 de março de 2024, publicada no DOU em 19/03/2024, Edição 54, Seção 2, Página 1 - Nomeação da Diretora de Gestão do FNSP.

UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:

200331 – SENASP- Secretaria Nacional de Segurança Pública

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:

200426 - DEP - Diretoria de Ensino e Pesquisa

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

Órgão/Entidade Descentralizada

Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

CNPJ: 00.038.174/0001-43

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO – PRÉDIO DA REITORIA - ASA NORTE

Cidade/UF/CEP: Brasília-DF / CEP: 70910-900

Telefones / Fax: (61) 3107-0246

E-mail: unb@unb.br

Nome da autoridade competente: Prof.^a Rozana Reigota Naves

Número do CPF: ***.614.311-**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: IP/Departamento de Psicologia Clínica

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 22 de novembro de 2024, e art. 18, VIII, do Regimento Geral da UnB.

UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:

154040 / 15257 – UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:

154040 / 15257 – UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

3. OBJETO

3.1. Realizar estudo científico do cargo e mapeamento de competências, com foco nacional, para os cargos de profissionais de segurança pública do Brasil para subsídio da revisão e atualização da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública.

3.2. Resultados esperados:

3.2.1. Fornecer insumos para que a SENASP promova a revisão e atualização da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública;

3.2.2. Disponibilizar dados para a compreensão dos cargos, em nível nacional, auxiliando em futuras tomadas de decisão.

3.3. Os cargos analisados na presente pesquisa são:

3.3.1. Polícia Militar (Oficiais e Praças).

3.3.2. Polícia Civil (Delegados, Agentes, Escrivães e Oficial Investigador de Polícia).

3.3.3. Corpo de Bombeiros Militar (Oficiais e Praças).

3.3.4. Polícia Científica (Peritos, Papiloscopistas e Médicos legistas).

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1. A pesquisa busca conduzir estudos científicos dos cargos de profissionais da segurança pública brasileira, a fim de identificar, em especial, os requisitos necessários para tais cargos, além de conduzir mapeamentos de competência dos cargos de profissionais da segurança pública brasileira, buscando delinear as competências técnicas e comportamentais desses cargos.

4.2. Para a realização desta pesquisa, será adotada uma abordagem multimétodo com o objetivo de realizar o estudo científico dos cargos de profissionais da segurança pública e ainda de mapear as competências técnicas e comportamentais para o desempenho adequado desses cargos. E, com isso, fornecer insumos para que a Secretaria Nacional de Segurança Pública faça a revisão e atualização da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública. Para atingir esses objetivos, serão utilizadas tanto técnicas qualitativas quanto quantitativas, conforme detalhado a seguir. Esta pesquisa inclui, portanto, duas etapas principais, sendo cada uma voltada para um objetivo específico e organizadas em subetapas.

4.3. **Etapa 1:** Estudo Científico dos Cargos. Para a realização desta etapa 1, estão previstas as seguintes subetapas:

4.3.1. Análise Documental: Serão solicitados diferentes dados e documentos à SENASP, referentes aos 11 cargos em análise. Tais documentos servirão de insumo para as demais fases do projeto, inclusive para a etapa 2 de mapeamento de competências.

4.3.2. Condução de grupos focais: Essa subetapa consiste na condução de grupos focais com profissionais representantes de cada um dos 11 cargos analisados. Ressalta-se que serão conduzidos dois grupos focais para cada cargo, sendo um presencial e um online. Objetiva-se, nesses grupos, alcançar uma representatividade nacional, incluindo profissionais de cada região brasileira. Essa representatividade busca identificar as especificidades de cada cargo e seus aspectos comuns em todo o país, sem detalhamentos regionais. Com isso, será possível chegar a um estudo científico do cargo com aspectos transversais e representativos de diferentes localidades. Nesses grupos, serão levantados e discutidos dados como: missão do cargo, tarefas e suas respectivas ações, requisitos psicológicos necessários e restritivos ao desempenho do cargo, bem como os fatores facilitadores e dificultadores do trabalho dos profissionais representantes dos cargos analisados. Diante disso, ao final dos grupos focais e a partir dos dados levantados, serão construídos diferentes instrumentos profissiográficos (um para cada cargo) a ser validado, posteriormente, por gestores diretos desses cargos.

4.3.3. Aplicação dos instrumentos profissiográficos: Os instrumentos construídos, a partir dos dados levantados nos grupos focais, serão aplicados na população de cada cargo analisado. Assim como foi proposto na composição dos grupos focais, objetiva-se alcançar também uma representatividade nacional na aplicação desses instrumentos. A partir disso, será possível alcançar a percepção desses profissionais de segurança pública quanto às informações levantadas nos grupos. Após a aplicação, será redigido um relatório com a análise dos principais resultados dos estudos científicos realizados que servirá de insumo inicial para a SENASP construir e atualizar as matrizes curriculares. E, ao final do projeto, também será entregue um relatório completo com o detalhamento das atividades e análises conduzidas, um panorama geral envolvendo todos os cargos, assim como uma contextualização a partir da literatura existente na área e dos documentos analisados inicialmente.

4.4. **Etapa 2: Mapeamento de competências.**

4.4.1. Essa etapa será realizada de forma concomitante à etapa do estudo científico do cargo. Ambas são realizadas a partir de uma metodologia similar, e podem portanto ser desenvolvidas ao mesmo tempo. Logo, nos grupos focais em que forem realizados os estudos científicos do cargo, também serão levantadas as competências técnicas e comportamentais a partir da identificação das tarefas. Da mesma forma, essas competências levantadas também vão compor o instrumento a ser validado e posteriormente aplicado em uma amostra representativa de cada cargo avaliado. Os resultados desse mapeamento também vão compor o relatório sintético e o final, em conjunto com os resultados das profissiografias.

4.5. **Procedimentos e/ou instrumentos a serem utilizados:**

4.5.1. **O Estudo Científico do Cargo e o Mapeamento de Competências**

4.5.1.1. O Estudo Científico do Cargo e o Mapeamento de Competências serão apresentados de forma integrada, considerando que são metodologias complementares realizadas simultaneamente. Ambas têm como ponto de partida uma análise minuciosa de dados e documentos relacionados aos cargos investigados. Essa fase é crucial para uma compreensão aprofundada das características e especificidades dos cargos dentro das quatro forças de segurança pública abordadas: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Científica. Com base nesses dados, os pesquisadores planejam e conduzem as etapas subsequentes do estudo, com o objetivo de extrair as informações mais relevantes e características sobre esses cargos. Após essa fase inicial, serão realizados onze grupos focais presenciais (um para cada cargo), em locais a serem definidos, seguidos por outros onze grupos focais online, também com um para cada cargo, visando abranger representantes das cinco regiões do Brasil. Assim, cada cargo contará com dois grupos focais que, juntos, resultarão em um único instrumento.

4.5.1.2. Cada grupo focal será composto por aproximadamente 7 a 10 profissionais de segurança pública, representantes dos cargos analisados, indicados por suas respectivas instituições com base em dois critérios: a) profissionais de referência, com desempenho exemplar no trabalho; e b) profissionais com profundo conhecimento da organização e das atividades do cargo em questão. Os grupos presenciais terão duração média de quatro dias consecutivos, enquanto os grupos online terão uma duração reduzida, pois contarão com as discussões realizadas nos grupos presenciais. Ao longo desse processo, serão realizadas discussões para identificar informações essenciais, como a missão do cargo, as tarefas e ações desempenhadas no contexto do trabalho, os requisitos psicológicos necessários para um desempenho eficaz, bem como os fatores que possam dificultar ou facilitar o exercício da função. Além

disso, serão mapeadas as competências técnicas e comportamentais associadas a cada tarefa identificada. (Pasquali & Tróccoli, 2012).

4.5.1.3. Ao final de cada grupo focal, presencial e online, será elaborado um instrumento com base nas informações coletadas e discutidas pelos participantes. Esse instrumento será posteriormente validado pelos gestores diretos dos cargos. É fundamental que estas pessoas avaliem estes instrumentos com respeito ao trabalho realizado pelos participantes dos grupos focais, sugerindo, sempre que possível, apenas mudanças pontuais. O instrumento final será, então, transferido para uma plataforma online de coleta de dados, com o objetivo de avaliar a percepção dos ocupantes de cada cargo em relação às características discutidas nos grupos focais.

4.5.1.4. Levando em conta que tais metodologias buscam atingir uma amostra representativa de seus ocupantes (Faiad et al., 2012; Pasquali et al., 2010), esta pesquisa também visará abranger o máximo possível da população de cada cargo ou, pelo menos, uma amostra representativa de cada região geográfica do Brasil. Após a coleta de dados, será redigido um relatório técnico apresentando os principais resultados obtidos. O relatório incluirá informações sobre o nível de concordância entre os profissionais de cada cargo quanto à missão, aos requisitos restritivos e aos fatores facilitadores e dificultadores do trabalho. Também serão apresentados dados sobre a importância, frequência e dificuldade/domínio das tarefas e ações de cada cargo, além das competências levantadas. Ademais, serão apresentados também dados quanto à relevância dos requisitos psicológicos identificados nos grupos focais. Com base nesses resultados, a SENASP poderá revisar e atualizar a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública.

4.5.2. Análise de dados

4.5.2.1. Os instrumentos elaborados serão respondidos por uma amostra representativa da população de interesse por meio de uma plataforma online. Nessa coleta, os participantes atribuirão notas de importância, frequência, dificuldade e domínio para as tarefas e competências apontadas nos grupos focais. Esses dados serão inicialmente analisados utilizando técnicas de estatística descritiva, com o objetivo de detalhar a percepção dos respondentes em relação às características avaliadas. Os dados serão também analisados por meio de técnicas multivariadas, como a Análise Fatorial, para estudar o comportamento conjunto dos itens e a formação de escalas. Além da Análise Fatorial, será utilizada a Teoria da Resposta ao Item na avaliação das escalas, mais especificamente, a classe de Modelos de Crédito Parcial (Ferreira e Azevedo, 2017).

4.5.2.2. Como os itens presentes nos instrumentos têm escalas graduais de resposta, por exemplo, o nível de importância de uma tarefa será respondido em uma escala de 1 (pouca importância) a 4 (extrema importância), essa classe de modelos é a mais indicada pois considera o aumento gradual da intensidade do traço latente na escolha de cada opção de resposta.

4.6. Um dos produtos indiretos resultados da presente pesquisa é a formação de novos pesquisadores, em nível de pós-graduação em graduação. Além disso, futuras publicações científicas também são esperadas como repercussão deste acordo, o que será estabelecido por meio da elaboração de Termo de Uso dos Dados em nome da Coordenadora da Equipe Técnica da UnB, pelo período de 02 (dois) anos após o encerramento do TED. Este prazo se torna importante pelas etapas que um estudo científico demanda até sua publicação.

4.6.1. Para realização das publicações a que se refere o item 4.6 deste termo, é necessário autorização expressa da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJSP.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

5.1. A atual Matriz Curricular Nacional (MCN) orienta as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública em todos os níveis de ensino com objetivo de “[...] favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei e repúdio a qualquer tipo de intolerância” (MCN, 2014, p.40).

5.2. A MCN possui princípios norteadores que constituem um referencial teórico-metodológico para as ações formativas voltadas aos profissionais da área de segurança pública, classificados em três grupos: ético, educacional e didático-pedagógico. O primeiro enfatiza a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos direitos humanos. O segundo apresenta as linhas gerais das ações formativas dos profissionais da área de segurança pública e, o terceiro grupo, orienta as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação das ações formativas dos profissionais da área da segurança pública.

5.3. A MCN é considerada uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que estimulam o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento

das ações formativas na área de segurança pública. No entanto, torna-se necessário a revisão em função da dinâmica social, dos novos conhecimentos, das determinações legais e da constante troca de profissionais que atuam na educação em segurança pública.

5.4. Com intuito de trazer novas perspectivas para o cenário atual da segurança pública, foi sancionada em 2018 a [Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018](#). A Lei instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa (PNSPDS) para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

5.5. O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021 – 2030, instituído pelo Decreto n.º 10.822, de 28 de setembro de 2021, define estratégias para aprimorar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação, da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.

5.6. Cabe mencionar o [Decreto nº 11.348, DE 1º DE JANEIRO DE 2023](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que incumbe à Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, por intermédio da Diretoria de Ensino e Pesquisa - (DEP) o dever de promover ações de ensino e pesquisa na área de segurança pública, visando qualificar os profissionais do Susp.

5.7. Somado às justificativas já citadas, tem-se ainda como objetivo do Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS - [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#)) em seu Art. 6º, inciso XI, "estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal". No âmbito do PNSPDS, trata-se de instrumento para implementação da política, em seu Art. 8º, inciso II, alínea "d", a Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp).

5.8. Nesse contexto, faz-se necessária a revisão da Matriz Curricular Nacional para incorporar o aprimoramento dos mecanismos de proteção dos direitos civis e as alterações legislativas que ocorreram no período de 2014 a 2024. Contudo, a reformulação de um referencial curricular exige uma ampla discussão entre as partes interessadas. Neste sentido, os estudos científicos dos cargos de profissionais da segurança pública brasileira, bem como o mapeamento de competências, são essenciais para esse processo.

5.9. A adequação da MCN visa, ainda, atender ao novo contexto da segurança pública, alinhando-se à PNSPDS, bem como incluindo novas competências e habilidades necessárias para a formação do profissional de segurança pública, respeitando-se as peculiaridades de cada órgão e, assim, indo em direção aos anseios da sociedade e dos órgãos integrantes do Susp por uma segurança pública cidadã e democrática.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento destinado aos custos indiretos, num valor de R\$ 520.280,00 (quinhentos e vinte mil duzentos e oitenta reais), correspondente a 16,7% do valor global pactuado, serão destinados para:

a) Despesas Administrativas e Financeiras (Fundação de Apoio) – Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 - R\$ 208.112,00 (duzentos e oito mil cento e doze reais);

b) Custos Indiretos - UnB. R\$ 312.168,00 (trezentos e doze mil cento e sessenta e oito reais).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Quadro 1 - Cronograma Físico Financeiro

Metas/ Produto	Descrição	Unid.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total	Ínicio	Fim
Meta 1	Mobilizar a equipe				R\$ 199.258,00	Mês 1	Mês 3
	Atividade A01 - Seleção de alunos da graduação e pós-graduação e demais pesquisadores	Unidade	1	R\$ 99.629,00	R\$ 99.629,00	Mês 1	Mês 2
	Atividade A02 - Organização das equipes de trabalho	Unidade	1	R\$ 99.629,00	R\$ 99.629,00	Mês 1	Mês 2
Produto 1	Relatório de apresentação da equipe	Relatório	1	---	---	Mês 3	Mês 3
Meta 2	Preparação para início dos grupos focais				R\$ 496.110,00	Mês 2	Mês 7
	Atividade A03 - Levantamento de pontos focais de cada instituição participante	Unidade	1	R\$ 138.274,80	R\$ 138.274,80	Mês 2	Mês 4
	Atividade A04 - Seleção dos participantes dos grupos focais	Unidade	1	R\$ 138.274,80	R\$ 138.274,80	Mês 2	Mês 4
	Atividade A05 - Análise documental	Unidade	1	R\$ 219.560,40	R\$ 219.560,40	Mês 2	Mês 6
Produto 2	Relatório com a listagem dos pontos focais, dos participantes dos grupos focais e da documentação recebida por instituição	Relatório	1	---	---	Mês 7	Mês 7
Meta 3	Preparar e submeter o projeto ao Comitê de Ética				R\$ 232.946,10	Mês 5	Mês 9
	Atividade A06 - Elaboração do projeto e submissão na Plataforma Brasil	Unidade	1	R\$ 232.946,10	R\$ 232.946,10	Mês 5	Mês 8
Produto 3	Projeto para submissão ao comitê de ética com número CAAE.	Projeto	1	---	---	Mês 9	Mês 9
Meta 4	Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências				R\$ 1.282.465,90	Mês 4	Mês 13
	Atividade A07 - Grupos focais	Unidade	1	R\$ 172.731,90	R\$ 172.731,90	Mês 4	Mês 7
	Atividade A08 - Elaboração do instrumento	Unidade	1	R\$ 172.731,90	R\$ 172.731,90	Mês 4	Mês 7
	Atividade A09 - Validação dos dados levantados	Unidade	1	R\$ 232.946,10	R\$ 232.946,10	Mês 5	Mês 8
	Atividade A10 - Aplicação do instrumento	Unidade	1	R\$ 704.056,00	R\$ 704.056,00	Mês 9	Mês 12
Produto 4	Relatório de acompanhamento da taxa de adesão à pesquisa e Ficha profissiográfica e mapeamento de competências.	Relatório	1	---	---	Mês 13	Mês 13
Meta 5	Relatório sintético				R\$ 418.800,00	Mês 13	Mês 16
	Atividade A11 - Análise dos dados.	Unidade	1	R\$ 209.400,00	R\$ 209.400,00	Mês 13	Mês 15
	Atividade A12 - Redação do relatório sintético.	Unidade	1	R\$ 209.400,00	R\$ 209.400,00	Mês 13	Mês 13

Metas/ Produto	Descrição	Unid.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
Produto 5	Relatório Sintético	Relatório	1	---	---	Mês 16	Mês 16
Meta 6	Relatório Final			R\$ 408.400,00		Mês 16	Mês 19
	Atividade A13 - Redação do relatório final	Unidade	1	R\$ 408.400,00	R\$ 408.400,00	Mês 16	Mês 19
Produto 6	Relatório Final	Relatório	1	---	---	Mês 16	Mês 19
Meta 7	Fechamento das devolutvas			R\$ 83.700,00		Mês 20	Mês 20
	Atividade A11 - Termo de encerramento	Unidade	1	R\$ 83.700,00	R\$ 83.700,00	Mês 20	Mês 20
Produto 7	Termo de encerramento	Termo	1	---	---	Mês 20	Mês 20
Total Projeto				R\$ 3.121.680,00			

Nota: 1 - O valores estabelecidos estão relacionados aos recursos humanos e materiais necessários para a execução das atividades, servindo apenas como um parâmetro geral.

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Quadro 2 - Cronograma de Desembolso

MÊS/ANO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR DO REPASSE
JAN/2025	33.90.14	R\$ 800.000,00
	33.90.33	
	33.90.18	
	33.90.20	
	33.90.39	
	44.90.52	
	33.90.30	
	33.90.39	
ABR/2025	33.90.14	R\$ 1.500.000,00
	33.90.33	
	33.90.18	
	33.90.20	
	33.90.39	
	44.90.52	
	33.90.30	
	33.90.39	
DEZ/2025	33.90.18	R\$ 500.000,00
	33.90.20	
MAR/2026	33.90.18	R\$ 321.680,00
	33.90.20	
Valor Total		R\$ 3.121.680,00

Quadro 2 – Cronograma de Desembolso

MÊS/ANO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR DO REPASSE
JAN/2025	Diárias; Passagens e despesas com locomoção; Auxílio Financeiro a Estudante; Auxílio Financeiro a Pesquisador; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Equipamento e Material Permanente; Material de consumo; Ressarcimento – UnB; e Despesas Administrativas e Financeiras	R\$ 800.000,00

ABR/2025	Diárias; Passagens e despesas com locomoção; Auxílio Financeiro a Estudante; Auxílio Financeiro a Pesquisador; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Equipamento e Material Permanente; Material de consumo; Custos Indiretos – UnB; e Despesas Administrativas e Financeiras	R\$ 1.500.000,00
DEZ/2025	Auxílio Financeiro a Estudante; e Auxílio Financeiro a Pesquisador	R\$ 500.000,00
MAR/2026	Auxílio Financeiro a Estudante; e Auxílio Financeiro a Pesquisador	R\$ 321.680,00
Valor Total		R\$ 3.121.680,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

Quadro 3 - Plano de Aplicação Consolidado

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
3390.14	Diárias	Não	R\$ 57.000,00
3390.33	Passagens e despesas com locomoção	Não	R\$ 72.800,00
3390.18	Auxílio Financeiro a Estudante	Não	R\$ 98.100,00
3390.20	Auxílio Financeiro a Pesquisador	Não	R\$ 2.266.500,00
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Não	R\$ 80.000,00
4490.52	Equipamento e Material Permanente	Não	R\$ 23.000,00
3390.30	Material de consumo	Não	R\$ 4.000,00
3390.39	Custos Indiretos - UnB	Sim	R\$ 312.168,00
3390.39	Despesas Administrativas e Financeiras (Fundação de Apoio)	Sim	R\$ 208.112,00

Quadro 4 - Plano de Aplicação Detalhado

RECEITAS	
A - Total das Receitas	R\$ 3.121.680,00
DESPESAS	
Descrição	Valor
Diárias	R\$ 57.000,00
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 72.800,00
Inscrição em Eventos Científicos	R\$ 8.600,00
Material de consumo	R\$ 4.000,00
Auxílio Financeiro a Estudante	R\$ 98.100,00
Auxílio Financeiro a Pesquisador	R\$ 2.266.500,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 71.400,00
Equipamento e Material Permanente	R\$ 23.000,00
Custos Indiretos - UnB	R\$ 312.168,00
Despesas Administrativas e Financeiras (Fundação de Apoio)	R\$ 208.112,00
B - Total de Despesas	R\$ 3.121.680,00

11.1. Quanto ao auxílio financeiro aos estudantes e aos professores pesquisadores vinculados a este Projeto, serão pagos com base na Resolução do Conselho de Administração nº 0003/2018 da Universidade de Brasília.

12.

PROPOSIÇÃO

Brasília/DF, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
ROZANA REIGOTA NAVES

Professora e Reitora da Universidade de Brasília - UnB
Responsável pela Unidade Descentralizada

13.

APROVAÇÃO

Brasília/DF, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
CAMILA PINTARELLI

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública
Responsável pela Unidade Descentralizadora



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Usuário Externo**, em 21/01/2025, às 17:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA KÜHL PINTARELLI, Diretor(a) de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública**, em 22/01/2025, às 15:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30384204** e o código CRC **A539FB6D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.